

BREVE ENSAIO SOBRE LEITURA E FONTES PRIMÁRIAS

Plínio Fernandes Toledo
Doutorando do PPGCL – UFRJ

“A primeira coisa que se tem de tentar aqui é ficar de pé sozinho.”

“Se o aprendizado se limitasse simplesmente a receber, não daria muito melhor resultado que escrever na água.”

(Hegel)

I

E por falar em fontes primárias, um livro singularmente honesto a respeito de Nietzsche começa com uma franca tomada de posição: “Este livro é uma tentativa de ficar do lado de Nietzsche”¹ Mas para quem pensa que a partir daí constrói-se uma apologia ingênua a autora adverte: “É impressionante a quantidade de novos livros dedicados a Nietzsche. O que fazer a respeito?” E conclui razoavelmente: “Continuar lendo o próprio Nietzsche, eu creio”. O que nos leva a nossa pergunta: Por que estudar filosofia ou qualquer forma de literatura em seus textos originais? Existem vantagens consideráveis no estudo das fontes primárias? A vantagem mais óbvia reside naturalmente no fato de que o cuidado no exame do texto original evita uma compreensão deturpada do mesmo, ou melhor, uma compreensão de

¹ CHAMBERLAIN, *Nietzsche em Turim: O fim do futuro*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

segunda ou terceira que não garante, por mais “confiável” que seja o intérprete, a fidelidade mínima ao pensamento original do autor. Sabemos dos estragos que fizeram, e ainda fazem as interpretações da obra de Nietzsche. Fazem mais estragos com a história que não deixa de ser revista. Heróis transformam-se em vilões; barbados tornam-se glabros e as orelhas de burro crescem nas delicadas frentes de Dioniso. O profeta do nacional socialismo é destituído de seu posto nada honrado mediante o recurso a um único fragmento póstumo: “NB. Contra ariano e semítico. Onde raças são misturadas, o manancial da grande cultura.” [NIETZSCHE. KSA 1 (153)]

Podemos citar um trecho de outro fragmento, graças damos a Colli e Montinari: “A loucura das nacionalidades e a patetice da patriotada não têm para mim o menor fascínio (...)” [NIETZSCHE. KSA 2 (10)] A consulta a uma fonte primária honesta, vale dizer, criticamente estabelecida derruba uma multidão de mitos. Começemos por aí: pelo pensamento original: aquilo que o autor diz.

Será questionável falar-se em pensamento original num tempo em que não mais se acreditam em fatos e que os mesmos são descartados como impossibilidades diante das interpretações. Mas, seria lícito perguntar, quando o autor se deu ao trabalho de escrever um texto ele não tinha em mente um conteúdo objetivo que desejava comunicar ao leitor, cuja forma escrita representa o melhor meio de transmissão do mesmo? Tal conteúdo permanece de pé antes e depois da interpretação não significando nossa incapacidade de penetrá-lo a inexistência dele, mas apenas a nossa incapacidade de penetrá-lo.

Impenetrável o conteúdo cuja forma não o exhibe em sua articulação. Os dois pares não se excluem ou se opõem, mas sobrevivem à custa um do outro. O estilo como parte da forma e tratamento específico de um tema que imprime a este certa maneira de caminhar que o individualiza não pode ser isolado daquilo que o autor diz. Ao lidarmos com a filosofia, história ou literatura não estamos diante de matéria jornalística que se presta a tratamento padrão. Se não conseguimos compreender um texto seria mais honesto declararmos nossa falência diante dele ao invés de propormos uma teoria da interpretação que nos exime por completo da fidelidade interpretativa.

Quando qualquer enquadramento modifica a substância não se permite qualquer tratamento senão o que respeite o modo específico de construção. Aqui se tem um problema insuperável sem a atenção ao original. Não dá para prescindir dele senão relativizando a verdade e pulverizando a interpretação em múltiplas abordagens que não atingem o alvo. Existem

múltiplas abordagens? Sim. Mas amparadas ou não em um centro de orientação que é o texto original. É possível partir das abordagens para o texto? Sim. Mas é melhor fazer o contrário? Sim. Vale dizer: é melhor entender um autor a partir dele mesmo.

Não é preciso aqui reavivar as cinzas da intencionalidade esperando produzir uma fagulha. Não vale esperar acender querelas fenomenológicas acerca da propriedade intelectual nem apagar o papel do leitor ou relegá-lo a segundo plano. Basta, a propósito, observar Karl Löwith afirmando que tentar entender um autor do porte de Nietzsche, por exemplo, melhor do que ele próprio se entendeu significa entendê-lo de outra maneira e, portanto, entendê-lo mal. Entendê-lo mal significa separar o texto como construção e artifício do conteúdo não artificial que ele releva. Não é certo que todos dizem o mesmo sob formas diferentes. A forma já modifica a abordagem do mesmo o que o torna outro. A singularidade do texto é incontornável.

II

A despeito de todo relativismo hermenêutico devemos afirmar que existem boas e más formas de interpretação e que, portanto, existe a possibilidade de compreendermos um autor como ele mesmo não se compreendeu, ou seja, compreendê-lo errado. É ainda Karl Löwith quem esclarece: “Não é verdade que um texto filosófico se constitui apenas pela leitura e a partir dela: ele permanece o que é, e podemos lê-lo de maneira correta e de maneira errônea. Mas continua sendo a matriz; e é preciso tentar compreender um autor como ele próprio se compreendeu.”² Neste sentido o cuidado com a fonte representa um primeiro passo para a interpretação correta: correta significando aqui aquela que não prescinde do nexo entre a forma e o fundo, respeitando o traçado original das linhas de força que o texto realiza como efetivação de um propósito.

Por outro lado, se a tarefa de fixar as intenções representa um problema insolúvel, uma vez que exige uma clarividência cujo pleno cumprimento ninguém estaria apto a realizar, a existência da obra como totalidade objetivamente configurada nos coloca diante de idêntico

² LÖWITH, Karl, *Nietzsche e a completude do ateísmo*. In.: Nietzsche Hoje? Colóquio de Cerisy. São Paulo: Brasiliense, 1986.

problema cuja solução apenas o trato com a fonte primária poderia encaminhar uma solução. Se descartarmos a possibilidade de penetrar as intenções do autor ainda resta a necessidade de penetrar as intenções da obra. Trocam-se os pólos, mas não se evita a dificuldade.

III

Em filosofia acontece o mesmo que em história: poucos são os que lêem e estudam a partir do contato com as fontes primárias, ou de primeira-mão. Geralmente as informações são conseguidas de segunda mão porque é muito mais conveniente ler, por exemplo, o que um historiador moderno como Edward Gibbon disse sobre Constantino do que referir-se a Eusébio, Entrópico e outros escritores antigos dos quais poderíamos obter conhecimento de primeira. Além do mais, Gibbon estudou cuidadosamente e comparou todas as fontes primárias, e pode ser sustentado que ele alcançou uma interpretação mais verdadeira, mais ampla e mais atraente que se pode encontrar sobre o período em qualquer outro intérprete. Seu *Decline and Fall of the Roman Empire* é certamente uma obra da mais alta categoria, mas, no entanto, é apenas um relato de outros relatos. Ela não é, portanto, uma fonte primária, mas secundária.³

As fontes secundárias representam perigo à interpretação honesta, pois se arrisca por intermédio delas afirmar aquilo que efetivamente não ocorreu ou não se disse. Por exemplo, um distinto historiador da Igreja, Cardeal Baronius, escrevendo sobre 1600, fez um enunciado, baseado em evidências muito insuficientes, que, enquanto o ano 1000 se aproximava, o povo da Europa em geral acreditou que o mundo estava para acabar. Robertson, um historiador escocês muito popular do século dezoito, repetiu o enunciado de Baronius e ampliou-o, descrevendo o pânico generalizado que se abateu sobre os pecadores enquanto o ano terrível aproximava-se. Escritores subseqüentes, incluindo alguns muito distintos, aceitaram e mesmo elaboraram o enunciado de Robertson. Mais ou menos há trinta anos, no entanto, um estudioso francês observou que não existiam bases adequadas reais para essa estranha estória. Para os cronistas do período, o ano 1000 não foi claramente mais portentoso que 997 ou 1003. Essa estória de pânico, que passou a vigorar como fato histórico

³ Ver ROBINSON, James Harvey. *The Historical point of View*, in *Readings in European History*, Vol I, (Boston, Ginn, 1904), 1-13.

por trezentos anos, oferece uma excelente ilustração do perigo de se dar crédito às fontes secundárias.

Não obstante, a partir de falsos pressupostos históricos, o pensamento milenarista, parece ter fincado raízes profundas na sensibilidade ocidental. Mesmo nos tempos atuais existem autores que discutem a importância exercida pela chegada do milênio no imaginário mítico-religioso humano. Estudiosos como Harold Bloom perdem tempo em analisar idéias recorrentes que afirmam brotar no início de novos séculos como anjos, sonhos e experiências de quase morte, procurando credibilidade acadêmica a um tema que limita com as superstições e o charlatanismo. Mas, perguntamos, existe fundamento histórico para a crença de que a chegada de um novo milênio exerce necessariamente influência sobre o pensamento e o comportamento humanos? Mais uma vez o cuidado com as fontes primárias se faz necessário. Mas a que fontes recorre Bloom em seu livro *Omens of Millenium?* Às grandes autoridades como Hans Jonas, Ioan Couliano, Henry Corbin, Gershom Scholem e Moshe Idel, mas não a fontes primárias.

A propósito, o estado de nosso conhecimento acerca da religião gnóstica só progrediu de forma consistente e sobre bases firmes após a descoberta e autenticação dos manuscritos de Nag Hammadi. Antes a pesquisa sobre o gnosticismo, para a qual contribuíram de forma magistral os estudos de Hans Jonas [*Gnosis und spätantiker Geist*, 1934; 195]; Wilhelm Bousset [*Die Hauptprobleme der Gnosis*, 1907]; Hans Leisegang [*Die Gnosis*, 1924]; apoiava-se geralmente sobre obras que muitas vezes não apresentavam um ponto de vista isento de prejuízos, uma vez que combatiam e questionavam o valor dos autores e textos que comentavam. Assim o caso de Tertuliano, o primeiro padre latino importante (150/223-225), que compôs numerosos tratados em que discutia as doutrinas individuais dos gnósticos. Entre eles destaca-se um escrito dogmático básico no qual, fazendo uso de uma terminologia jurídica familiar a ele, procura confutar as asserções dos gnósticos heréticos, o *De Praescriptione Haereticorum*. O pensamento de Tertuliano traçou as linhas mestras sobre as quais iriam conduzir-se os apologetas cristãos no combate à heresia gnóstica, tais como Clemente de Alexandria [*Stromata*] e Orígenes [*Contra Celsum*].

Assim, até muito recentemente, o gnosticismo era conhecido apenas através das obras de seus oponentes. Desta forma, o quadro que tínhamos dele havia-se tornado um reflexo fraco e distorcido. Foi apenas, como afirmamos, através de laboriosa pesquisa sobre fontes primárias, fornecidas por descobertas arqueológicas surpreendentes, como o caso de Nag

Hammadi, que foi possível emergir gradualmente um quadro mais definido dessa religião, extremamente influente e significativa para a história da religião na antigüidade tardia e cujo influxo, através de diversos canais, pode ser detectado até os tempos modernos.

IV

Da mesma forma, a nova interpretação do pensamento platônico, cuja síntese foi brilhantemente elaborada por Giovanni Reale em seu *Per una nuova interpretazione di Platone*⁴, sustenta-se sobre testemunhos indiretos como os de Aristóxeno, Simplicio, Teofrasto e Aristóteles; no entanto, o ponto de apoio fundamental que lhe concede credibilidade deriva da palavra mesma de Platão, conforme detectada em passagens de sua obra. Tais passagens, como a crítica da escritura expressa no *Fedro* (274 B 6 – 268 E 6) ou o aprofundamento e implicações gnosiológicas da crítica da escritura na *Carta VII*, fornecem a base de sustentação para toda tentativa de reconstrução do pensamento platônico segundo um novo modelo interpretativo.

A polêmica sobre o conflito oralidade escritura em Platão que contrapõe o paradigma hermenêutico de Schleiermacher ao “novo paradigma” das escolas de Tübingen e Milão está longe de ser resolvida. Talvez jamais se chegue a uma solução satisfatória. Mas uma coisa é certa, somente as fontes secundárias não seriam suficientes nem trariam bases seguras às afirmações sustentadas pelas posições conflitantes. O que significa que qualquer tentativa de erigir ou não um novo paradigma hermenêutico para a interpretação do pensamento platônico estaria fadada ao fracasso se não se apoiasse nos textos originais.

Em torno às passagens fundamentais extraídas dos textos originais constelam as referências às obras secundárias que reforçam as primeiras sem jamais servirem como fontes independentes para uma interpretação verdadeira. Quando olhamos por esse viés notamos o quão importante são as obras que possuímos de Platão e quão decisiva é, de qualquer forma, a constante referência a elas. O novo paradigma paralisa-se ao propor uma volta à oralidade uma vez que esta só poderia se dar pela escritura. Testemunhos indiretos como os de Aristóteles e de um membro da escola do estagirita como Aristóxeno possuem credibilidade

⁴ Ver REALE, Giovanni, *Per una nuova interpretazione di Platone*, Vita e Pensiero, Milano, 1991.

limitada pelas idiosincrasias do relator. Citando Charles H. Kahn, devemos considerar, a propósito do testemunho de Aritóxeno, que ele não tinha muitos escrúpulos em sua consideração pelo fato histórico e que gostava de dizer coisas pouco gentis sobre Platão e Sócrates.⁵

Assim, Aristóxeno sustentou que Sócrates tinha duas esposas, era dado à indulgência sexual e tinha um temperamento particularmente ruim; na sua vida de Platão ele afirmou que o conteúdo da *República* estava quase inteiramente contido na *Antilogika* de Protágoras (frs. 51-68). Como membro da escola rival e filho patriótico da Magna Grécia, Aristóxeno conseguiu extrair uma influência desairosa da adoração pelos platônicos de Pitágoras como seu ancestral: Pitágoras, aí, torna-se agora o filósofo original, e Platão deve simplesmente representar o papel de seu discípulo ou plagiador.⁶

A nova imagem filosófica de Pitágoras criada na Academia antiga - e a difusão da doutrina platônica como um tipo de socratismo ilustrado pela racionalidade matemática pitagórica - ainda rende frutos até hoje, sustentando a crença equivocada daqueles que não leram Platão, segundo a qual o mestre ateniense era meramente um seguidor de Pitágoras e sua filosofia fundamentalmente pitagórica.

V

Deduz-se do que foi dito que não se pode confiar em nenhuma interpretação que não se reporte ao pensamento mesmo do autor, conforme este pode ser garimpado através das fontes primárias. Do contrário estaríamos contribuindo para que se perpetuem os mal-entendidos. No entanto, parece que não se tem tomado tal cuidado. Segundo Erich Fromm, uma das ironias peculiares da história é que não haja limites para o mau entendimento e a deformação das teorias⁷, mesmo em uma época em que o acesso a fontes é ilimitado. Não obstante, é comum encontrarmos erros de interpretação, mal entendidos, deformações, inversões descabidas e vãos acrobáticos que camuflam em sua apresentação imediata, na aparente maestria do jogo que não se contém, a falha essencial do intérprete: não ter lido com cuidado o objeto de sua análise.

⁵ Ver KAHN, Charles H. *Pitágoras e os pitagóricos: uma breve história*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 98.

⁶ Idem.

⁷ FROMM, Erich, *Marx's concept of man*, New York, 1961

A pressa de publicar, de exhibir-se para satisfazer às regras da burocracia acadêmica, para a qual a quantidade é o substituto ideal da qualidade, fantasiando um conhecimento que não se tem, obriga a tomada de atalhos e sínteses mal digeridos de acesso ao conhecimento. Evitando ao máximo ocupar-se das fontes primárias e do estudo metódico e sistemático das mesmas: o que demandaria tempo, único aliado da honestidade intelectual. Tempo de recepção, gestação e produção, garantia mínima de um estudo limitado a determinados parâmetros e conduzido segundo um ordenamento razoável, indo de um inicial estágio de receptividade intelectual, passando por um aprofundamento crítico até que se possa atingir um estágio final de criatividade normativa.

Diz-se que Roland Barthes afirmava não opinar sobre um texto que não tivesse lido ao menos seis vezes. Parece exagerado, mas George Dahlmann elaborou um breve método interpretativo baseado naquilo que Barthes sustenta como necessário. O método é singelo e pode ser resumido em poucas palavras. Em primeiro lugar, o leitor ideal deve-se ocupar apenas com a compreensão do texto, trabalhando exaustivamente a leitura até que algum sentido aflore e oriente a interpretação. Neste primeiro estágio a leitura deve ser acrítica e receptiva. Não se pode discordar do autor ou tentar criticá-lo, apenas entendê-lo. Saber o que o texto dispõe e propõe e porque o faz de tal forma. Um estágio de garimpagem ativa em que a tarefa que se impõe é a compreensão mínima do que se propõe. Em segundo lugar, após uma compreensão razoável do posto pode-se dispor do texto de forma um pouco mais intrusiva. Agora o leitor é capaz de cotejá-lo com aquilo que afirma e saber se é razoável a proposta e a proposição. Por exemplo, tratando de um texto histórico pode-se perguntar se ele foi elaborado a partir de uma leitura razoável de documentos e se o método aplicado à leitura redundava em uma compreensão satisfatória do objeto. Em terceiro lugar, pode-se proceder à leitura crítica: examinar os conceitos e suas articulações submetendo-os ao controle empírico do vivido, das referências extraídas da compreensão do mundo que serviria de base para a determinação da adequabilidade do texto. As referências intertextuais e o uso do material bibliográfico servem como guias, mas não decide o valor da leitura.

Segundo Dahlmann, o último estágio da leitura permite um aprofundamento crítico porque não se corre mais o risco de cometer equívocos derivados do recurso a fontes secundárias. Não é preciso acreditar no que fulano disse sobre a obra porque sabemos de primeira mão o que a obra diz. Parodiando Heráclito, o que se cavou foi muito e o que se extraiu foi pouco, mas de valor inestimável. Trabalho de garimpeiro: imanente em sua *démarche* e substantivo em

seu resultado. Fazemos como o mineiro que não confunde o ouro com a birita porque o exercício de sua função ensinou-o a separar o que vale daquilo que nada vale. Tal aprendizado decorre necessariamente do fazer: o fazer é o grande mestre e a realização por si mesmo o guia. *Scire est facere* sentenciou Vico: interpretar é ler em primeiro lugar o texto em sua configuração imanente: fazendo o trabalho ativo de reconstrução pela leitura. Segundo aconselha Alain, devem-se ler e reler os textos primários: “Tudo é verdade em Platão, o que não significa que se deva acreditar em tudo o que ele diz”. Alain aproxima-se do método de Dahlmann aconselhando a leitura das fontes: Aristóteles, Montaigne, Descartes, Spinoza, Leibniz, Hegel, Marx. É preciso lê-los e relê-los como se fossem, de certa forma, contemporâneos uns dos outros, mas também nossos. A reação inicial deve ser de reverência, de se atribuir crédito total ao autor”. Somente depois pode vir a dúvida e mesmo a refutação. Mas estas, adverte George Steiner, “baseiam-se na (jubilosa) convicção de que nossa compreensão dos grandes textos é sempre inadequada, de que ela fica aquém da prodigalidade de seus significados que são dinâmicos, que se alteram nas relações entre texto e contexto”.⁸

VI

O fenômeno da interpretação enganosa é geral, mas talvez não haja um exemplo mais cabal daquilo que afirmamos que o caso do pensamento de Marx.

Pour Marx pode ser algo *contre* Marx quando o que ali se encontra é apenas um engodo bem camuflado. A propósito, pondera Erich Fromm:

São feitas continuas referências a Marx e ao marxismo na imprensa, os discursos políticos, os artigos e os livros escritos por estudiosos das ciências sociais e filósofos respeitáveis; não obstante, com poucas exceções, parece que os políticos e os e jornalistas jamais deram sequer uma olhada em uma linha escrita por Marx e que os estudiosos das ciências sociais contentam-se com um conhecimento mínimo de Marx. Aparentemente sentem-se seguros atuando como especialistas neste terreno, posto que ninguém com prestígio e posição no reino da investigação social põe em questão suas afirmações ignorantes.⁹

⁸ STEINER, *Lições dos Mestres*, São Paulo: Record, 2005. P135.

⁹ FROMM, Erich, Op. Cit.

Em seu prefácio à edição inglesa de T. B. Bottomore dos *Manuscritos econômico-filosóficos*¹⁰, é ainda Fromm quem acrescenta: “Poucos autores tiveram, como Marx, a fatalidade de ser mal compreendidos e desvirtuados. Da mesma maneira, poucos autores foram tão freqüentemente citados e tão pouco lidos.”¹¹

Mas por que diante da variedade de manuais, de estudos especializados, de monografias e teses, de livros publicados, continua-se ainda sempre a vários passos atrás da verdadeira compreensão da obra e do pensamento de filósofos como Platão e Marx? Talvez porque cada vez mais, na busca de um conhecimento rápido e de um atalho que abrevie a trajetória, as nuances da paisagem e a completude do caminho estejam sendo deixadas de lado, perdidas. Platão afirma que não existem atalhos no caminho que conduz ao conhecimento verdadeiro, somente uma longa e exaustiva caminhada. Deve-se percorrer o trajeto inteiro com estudo e paciência. O saber não é vendido na feira. Aqui também se procede a uma conquista.

Na pressa de compreender deixamos de compreender. Mas como compreender? Não sem o mergulho direto nas fontes primárias. A leitura meditada da palavra viva de um filósofo é condição imprescindível para o entendimento da mesma. Só assim evitamos repetir os equívocos advindos de uma leitura de segunda mão.

Da mesma forma, não confiaríamos em um historiador que não extraísse suas conclusões do estudo metódico das fontes primárias. A mudança de perspectiva sobre a Idade Média, amparada nas conquistas da *École des Annales*, efetuou-se sobre a leitura dos documentos. Jamais se alcançaria algum progresso aqui baseado num ouvir dizer ou numa referência secundária. Uma declaração de Jacques Le Goff adiciona pimenta ao nosso molho. Explicando o desabrochar de seu interesse pela história admite que, de início, faltava-lhe competência “que eu não tinha e que não me atraíam. Contudo dirigi minha atenção para essas técnicas. Com elas amarrei-me afinal ao problema maior do historiador: o da documentação.” Então a coisa fica séria: “Disse que havia um prazer nostálgico em nossa atividade. Esse prazer é a única recompensa final. Antes disso está a exigência básica: empregar e pesquisar os documentos”.¹² E o axioma se explicita: “*Não é possível entregar-se a este ofício sem as*

¹⁰ Ver MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70. 1989.

¹¹ Op. Cit.

¹² LE GOFF, Em busca da Idade Média, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 32.

*fontes, e sem saber utilizar essas fontes, com um rigor verdadeiramente científico.*¹³ É isso. O questionário do historiador constitui a base da historiografia, da História. É o historiador que, de certa forma cria o documento, que confere a traços, a vestígios, no dizer de Carlo Ginzburg, o status de fonte. No entanto, o documento permanece de pé diante de suas tentativas, tantalizadoras ou não, de Sherlock Holmes.

Lendo um texto de segunda ou mesmo de terceira mão deveríamos saber que estamos, da mesma forma, adquirindo um conhecimento de segunda ou de terceira mão, um conhecimento em que não podemos nos fiar, que não constitui o resultado de um esforço pessoal de compreensão, nem de uma tentativa de fidelidade interpretativa. Preguiça de digerir? É o que sugere Schopenhauer em seus *Fragmentos para a História da Filosofia* quando sustenta:

Ler, e, vez das próprias obras dos filósofos, variadas exposições das suas doutrinas ou a história da filosofia em geral é o mesmo que queremos que alguém mastigue a comida para nós. Quem leria a história mundial se tivesse a liberdade de observar com os próprios olhos os eventos passados que lhe interessam? Mas, no que diz respeito à história da filosofia, uma tal autópsia do seu objeto nos é verdadeiramente acessível, a saber, nos próprios escritos dos filósofos (...)¹⁴

Voltando a atenção aos escritos originais que nos estão acessíveis podemos pelo menos alimentar a esperança de conhecermos o essencial das doutrinas de que nos ocupamos de modo autêntico e não falsificado, ao passo que, “de meia dúzia de histórias da filosofia (...) recebemos apenas o que estava na cabeça de um professor de filosofia e, de fato, do modo como isso lhe apareceu”.¹⁵

VII

¹³ LE GOFF OP. CIT. P. 33.

¹⁴ SCHOPENHAUER, A. *Fragmentos para a História da Filosofia*, tradução de Maria Lúcia Cacciola, São Paulo: Iluminuras. 2003. p. 21.

¹⁵ SCHOPENHAUER, A. IDEM p. 21.

Por mais difícil que seja, por mais problemas que traga nada substituí o estudo das fontes primárias. É através desse estudo que adquirimos a disciplina necessária à correta interpretação e a medida da avaliação das outras interpretações, diante das quais, apenas com o conhecimento primário das fontes originais, podemos nos posicionar criticamente. E a pesquisa não é outra coisa que o saber posicionar-se criticamente e poder socorrer-se por si mesmo das várias indagações que a posição que assumimos possa suscitar.

Pensamos aqui no sentido do que afirma Ernst Bloch quando sustenta:

Quem, ao aprender, comporte-se passivamente, limitando-se a assentir com a cabeça, rapidamente adormecerá. Por outro lado, quem esteja na coisa e marche com ela, por seus caminhos não trilhados, alcança a maioria, acha-se, finalmente, em condições de distinguir entre o amigo e o inimigo e de saber onde a verdade abre o seu caminho. O trote do burro levado pelas rédeas é cômodo, sem dúvida, porém os conceitos enérgicos são valentes; são os que correspondem à juventude e à virilidade.¹⁶

Ficar de pé por si mesmo como Hegel, prestar socorro ao *logos* como Platão, pensar por conta própria como Bloch, construir as fontes como Le Goff ou se aventurar na descoberta micro histórica como Carlo Ginzburg ou Robert Darnton. Aqui o aprender não pode ser passivo, como a situação daquele que se sujeita ao existente como um espetáculo diante do qual deve acenar com a cabeça, pois “aquele que aprende tem de se achar afetado ativamente por sua matéria, pois todo saber verdadeiro deve considerar-se capaz de viver sobre seu próprio caminhar, de romper as cascas das coisas.”¹⁷

¹⁶ Bloch, E. *Sujeto-objeto: el pensamiento de Hegel*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985, p. 20.

¹⁷ Idem.

BIBLIOGRAFIA

CHAMBERLAIN, *Nietzsche em Turim: O fim do futuro*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

BLOCH, E. *Sujeto-objeto: el pensamiento de Hegel*. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

BLOOM, H. *Presságios do Milênio. Anjos, Sonhos e Imortalidade*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

FROMM, Erich, *Marx's concept of man*, New York, 1961.

KAHN, Charles H. *Pitágoras e os pitagóricos: uma breve história*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 98.

LE GOFF, Em busca da Idade Média, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÖWITH, Karl, *Nietzsche e a completude do ateísmo*.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70. 1989.

REALE, Giovanni, *Per una nuova interpretazione di Platone*, Vita e Pensiero, Milano, 1991.

ROBINSON, James Harvey. *The Historical point of View*, in *Readings in European History*, Vol I, (Boston, Ginn, 1904), 1-13.

SCHOPENHAUER, A. *Fragmentos para a História da Filosofia*, tradução de Maria Lúcia Cacciola, São Paulo: Iluminuras. 2003.

STEINER, *Lições dos Mestres*, São Paulo: Record, 2005.

